



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 11 de outubro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,3% São Paulo	132.018	4/outubro 5,455	R\$ 1.412	R\$ 6,111	10,65%	10,77%	Maio/2024 0,46
0,14% Nova York	130.353	7/outubro 5,486					Junho/2024 0,21
	7/10 8/10 9/10 10/10	8/outubro 5,532					Julho/2024 0,38
		9/outubro 5,587					Agosto/2024 -0,02
							Setembro/2024 0,44

PLATAFORMAS DIGITAIS

Big techs sob a mira

Fazenda apresenta proposta para regular as gigantes globais de tecnologia no país, em parte, pela Lei de Concorrência

» RAFAELA GONÇALVES
» PEDRO JOSÉ*

O Ministério da Fazenda apresentou uma proposta de regulação para as "big techs", as gigantes globais da tecnologia. O objetivo é evitar práticas predatórias por grandes plataformas digitais que limitam o acesso de consumidores a produtos e empresas.

A ideia do governo é estabelecer regras adicionais para as grandes empresas, sob comando do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que seria o órgão regulador. Atualmente, o Cade atua quando identifica algum caso que fere o equilíbrio dos mercados. "São dois grupos de medidas, o primeiro trata de regras preventivas apenas para as grandes plataformas. E o segundo seria de ajustes, em geral, na aplicação da Lei de Defesa da Concorrência", explicou o Marcos Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, em entrevista aos jornalistas.

A equipe econômica apresentou um estudo em que se baseia em regras para a atuação dessas plataformas já aplicadas em 10 países, entre eles, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Austrália e União Europeia. De acordo com o secretário, trata-se de um "fortalecimento institucional". "É fortalecer as competências do Cade para fazer o que temos visto, sobretudo na prática do Reino Unido, que são os estudos de mercado. O que estamos propondo não difere tanto do que o Cade já faz hoje, mas seria fortalecer algumas

prerrogativas para coleta de informação", afirmou.

A recomendação da Fazenda é a revisão da Lei de Concorrência, para lidar com a implementação de um sistema de proteção no âmbito dos mercados digitais. "A gente ainda não definiu como vai ser o encaminhamento político dessa recomendação. Acho que existe um grande nível de consenso dentro do governo de que esse é o caminho a ser adotado, agora a tramitação política depende ainda de algumas decisões", disse Marcos Pinto.

Atualmente, existem projetos em tramitação no Congresso que tratam sobre o tema. Um deles é o PL das Fake News, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na internet. Segundo o secretário, o Executivo ainda não decidiu se irá utilizar algum projeto em tramitação ou enviar um próprio.

Ao contrário de outros projetos, a proposta da Fazenda trata apenas dos aspectos econômicos e não envolve conteúdo. "Aqui, estamos tratando de uma reforma da Lei da Concorrência, diferentemente do que está lá nos outros projetos que tratam diretamente do digital em seus diversos aspectos. Talvez o caminho seja o próprio Executivo mandar um projeto, mas isso ainda não está decidido", afirmou.

A expectativa do governo é de que esse tema avance ainda neste ano. "De qualquer forma, a gente acha que esse debate está bem maduro dentro do governo e que temos condições de, até o fim do ano, dar um encaminhamento para isso", completou.

Para entender melhor

Veja as principais mudanças previstas na Lei de Concorrência (Lei 12.529 de 2011)

- » Estabelecer critérios qualitativos e de faturamento mínimo para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) definir quais são as plataformas de relevância "sistêmicas para mercados digitais";
- » Definir obrigações de transparência com notificação às companhias;

» Estabelecer procedimentos que permitam o Cade investigar as empresas e definir as obrigações específicas para cada caso;

» Criação de uma unidade especializada no Cade que será responsável pela implementação da nova ferramenta pró-competitiva;

» Acompanhar as obrigações das plataformas em cooperação com órgãos reguladores — Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel) e Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Ferramentas antitruste:

- » Atualizar as ferramentas de análise antitruste utilizado pelo Cade para identificar riscos competitivos;
- » Atualizar os valores de faturamento para notificação prévia de atos de concentração estabelecidos na lei 12.529.

Fonte: Ministério da Fazenda.



São dois grupos de medidas, o primeiro trata de regras preventivas apenas para as grandes plataformas"

Marcos Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda

Resistência à regulação

O tema, contudo, é sensível e enfrenta forte resistência das gigantes do mercado, como Google, Amazon, Apple e Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp). Recentemente o X, antigo Twitter, passou por bloqueio no país ao tentar driblar a legislação brasileira.

Questionado sobre a oposição das redes sociais à regulamentação no país, o secretário Marcos Pinto afirmou que isso é "absolutamente natural". "Nenhuma empresa quer ser regulada, até porque muitas delas confiam que estão agindo corretamente e não precisam do Estado para tutelá-las. Mas, não obstante, a gente acha muito importante a regulação. As plataformas apresentaram sugestões na consulta pública, mas acho que o recado do Ministério da Fazenda a elas é de que o que estamos propondo

é muito razoável e muito equilibrado", disse.

Para Marcelo Cármano, advogado especialista em direito digital e coordenador do Japan Desk no escritório Abe Advogados, há um consenso emergente de que o setor precisa ser mais bem regulamentado, especialmente em questões de concorrência, tributação e controle de conteúdo online. O analista destacou que a principal preocupação dos governos é a alta concentração de mercado nas mãos de poucas empresas. "Hoje, o Google controla cerca de 90% do mercado de buscas", afirmou.

Além do Google, Cármano mencionou gigantes como Apple, Samsung, Microsoft e Meta, que dominam setores como smartphones, softwares e redes sociais. Essa concentração de poder levanta sérias preocupações sobre monopólios. "O foco das autoridades, como o Ministério da Fazenda, é aplicar regras de

concorrência que já existem em outros setores, impedindo a formação de monopólios, que não são benéficos", explicou o advogado. A intenção é promover um ambiente mais competitivo e justo, evitando que essas empresas abusem de suas posições dominantes no mercado.

Tributação

Uma das críticas à proposta apresentada pela Fazenda feita pelo advogado é que ela não trata de tributação. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conhecida como o clube dos países ricos, defende que as grandes multinacionais, incluindo as big techs, paguem uma taxa mínima de 15% sobre os lucros nas jurisdições em que operam. A pasta afirmou que a cobrança deve ficar para um segundo momento.

Esse é um enorme desafio, de acordo com Marcelo

Cármano. O especialista em direito digital ressaltou que "empresas tradicionais pagam impostos no país onde estão localizadas fisicamente". No entanto, com as big techs, isso se torna mais complexo, pois elas operam de forma descentralizada e podem prestar serviços em diversos países sem uma presença física clara.

"Hoje, o consumidor pode comprar um produto sem saber onde a empresa que está vendendo realmente está sediada. Isso gera dúvidas sobre quem tem o direito de coletar os impostos e quais tributos seriam aplicados", observou Cármano. Como muitas dessas empresas atuam no Brasil e possuem clientes brasileiros, mas a tributação ocorre no exterior, isso cria um desequilíbrio na arrecadação de impostos, de acordo com o analista.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

REFORMA TRIBUTÁRIA

Quatro cenários para o IR

» RAPHAEL PATI

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, segue discutindo diversos cenários para a reforma do Imposto de Renda, o segundo passo da reforma tributária, como ele sempre costuma dizer. Em breve conversa, ontem, com jornalistas, ele disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem quatro cenários sobre a mesa, incluindo a taxação sobre os milionários, mas ainda não bateu o martelo sobre o assunto.

De acordo com o ministro, Lula faz questão que algumas medidas sejam incluídas no texto que será encaminhado ao Congresso Nacional, ainda sem previsão de quando isso deve acontecer. O primeiro critério defendido pelo presidente é a neutralidade da reforma, do ponto de vista da arrecadação. "Ou seja, não pode ter perda de arrecadação e não pode ter ganho de arrecadação no sentido de buscar, pela reforma do Imposto de Renda, resolver um problema que está sendo resolvido de outra forma, que a questão do déficit dado pelo governo anterior", explicou o ministro.

O segundo fator é a análise da Receita Federal, que deve estudar, com base nos cenários apresentados pela equipe econômica, a reforma mais viável, na visão da pasta. Por fim, o ministro ressaltou que busca, com o projeto a ser apresentado, equiparar o nível do Brasil com o de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Raphael Pati



Segundo o ministro, Lula está avaliando e exigiu alguns critérios

(OCDE), em relação à tributação por pessoa física e jurídica. "Então são esses os critérios que o presidente pediu para observar antes de definir qual vai ser o projeto de lei encaminhado, com o Congresso, que é quem vai, afinal de contas, deliberar. Então nós queremos mandar com esses três critérios atendidos", acrescentou Haddad.

Entre os cenários levados pelo ministro da Fazenda ao presidente da República, há a inclusão de uma nova taxa para as pessoas físicas (PF) que recebem acima de R\$ 1 milhão por ano. De acordo com fontes do ministério, essa proposta que está sendo avaliada

estabelece uma alíquota entre 12% a 15% da renda para este público. No Brasil, mais de 250 mil pessoas seriam diretamente impactadas pela medida.

Sobre o prazo para levar o texto ao Congresso, o chefe da equipe econômica não confirmou nenhuma data e revelou que não tem pressa para encaminhar o projeto. "Para aprovar, você precisa mandar um bom texto com análises técnicas bem feitas. Então, enquanto nós internamente não estivermos absolutamente convencidos da proposta, ela está em análise com o presidente acompanhando cada movimento nosso", afirmou.



COMUNICADO À SOCIEDADE

O SINDIFISCO NACIONAL – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil comunica à sociedade que os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, reunidos em Assembleia Nacional, ocorrida no **dia 04 de outubro de 2024, aprovaram indicativo de paralisação**, que se dará no **dia 17 de outubro de 2024 (quinta-feira)**, por **24 horas**, ocasião em que serão mantidas as atividades consideradas essenciais, a serem realizadas pelo **quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento)** dos integrantes da categoria, em respeito às normas legais e a sociedade como um todo e, ainda, em observância à relevante função pública exercida pelos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Brasília/DF, 11 de outubro de 2024.

Isac Moreno Falcão Santos
Presidente